

**AQUANENA – EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E
SANEAMENTO DE ALCANENA, E.M., S.A.**

CPN 04/2021

**SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO
DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)**

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

C

C

**AQUANENA – EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE
ALCANENA, E.M., S.A.**

**SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE
CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)**

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

C

C

ÍNDICE

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	1
2.	PREÇO BASE	1
3.	ANÚNCIO	1
4.	CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	1
5.	ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	2
6.	PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	3
7.	PRAZO DE EXECUÇÃO	3
8.	DOCUMENTOS DA PROPOSTA	3
9.	IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA	7
10.	PROPOSTAS VARIANTES	7
11.	ENTREGA DAS PROPOSTAS	7
12.	DISPONIBILIZAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS	7
13.	PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	8
14.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA E CRITÉRIOS DE DESEMPATE	8
15.	ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES	8
16.	RELATÓRIO PRELIMINAR	8
17.	EXCLUSÃO DE PROPOSTAS	9
18.	RELATÓRIO FINAL	9
19.	DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	9
20.	NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO	9
21.	DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO	10
22.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
23.	CAUÇÃO	11
24.	APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	12
25.	CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO	12
26.	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO	12
27.	DESPESAS	13
28.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	13

ANEXOS

ANEXO I DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO

ANEXO II MODELO DE LISTA DE ERROS E OMISSÕES

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

ANEXO IV DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ANEXO V MODELOS DAS PROPOSTAS

ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DAS PEÇAS DE RESERVA

ANEXO VII MODELOS DE FOLHAS DE CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO

ANEXO VIII MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

ANEXO IX DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

ANEXO X MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DA POLÍTICA DE QUALIDADE, AMBIENTE, HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (HSST) E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ENTIDADE ADJUDICANTE

ANEXO XI MODELO DE DECLARAÇÃO DO TÉCNICO QUE ASSEGURARÁ A GESTÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

ANEXO XII MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

ANEXO XIII MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

ANEXO XIV MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

- 1.1 O presente Programa do Procedimento define os termos a que obedece a fase pré-contratual para celebração do contrato da empreitada de "SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)".
- 1.2 Os locais da Empreitada estão inseridos no Sistema de Saneamento de Alcanena.
- 1.3 A Entidade Adjudicante é a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A., Praça 8 de Maio, 2380-037, Alcanena e com os seguintes contactos para efeito do presente Concurso:
- Telefone: 249 899 414
 - Correio eletrónico: servico.clientes@aquanena.pt
 - Website oficial: aquanena.pt

1.1 A decisão de contratar foi tomada em Conselho de Administração da empresa AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A., no dia 23/06/2021.

2. PREÇO BASE

- 2.1 O preço base da empreitada são 462.392,55€ (quatrocentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos).

3. ANÚNCIO

- 3.1 O anúncio do Concurso Público, indicado no n.º 1 acima, foi publicado no Diário da República, de acordo com o artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021, de 21/05, republicado por este último, doravante designado por CCP.

4. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 4.1 O Procedimento do Concurso é constituído pelas seguintes peças:

- a) O Anúncio;
- b) O presente Programa do Procedimento, e seus anexos;
- c) O Caderno de Encargos, e seus anexos.

4.2 As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

- 4.3** Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no ponto anterior, devendo para tanto proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes da mesma.

5. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

- 5.1** No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, por escrito através da plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento ao júri do concurso e, no mesmo prazo, devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, conforme Anexo II a este Programa do Procedimento.
- 5.2** A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 5.3** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- a) O Júri do Procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 5.4** Os esclarecimentos bem como a pronúncia respeitante aos erros e omissões a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica.
- 5.5** Os esclarecimentos prestados, e a pronúncia sobre as retificações e os erros e omissões devem ser juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 5.6** Sempre que os esclarecimentos ou a retificação de erros e omissões, desde que tenham sido apresentados com observância do prazo previsto no n.º 5.1, sejam comunicadas após o prazo previsto no n.º 5.3, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 5.7** A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
- 5.8** Quando haja prorrogação do prazo para a entrega das propostas, nos termos do n.º 4.6 e nos demais casos previstos no artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República, de acordo com o n.º 4 do mesmo artigo.
- 5.9** Durante o prazo para apresentação das propostas, e sempre que tal se justifique, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., facultará aos interessados a possibilidade de visita às instalações objeto do presente concurso e nelas realizar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.
- 5.10** A inspeção aos locais deverá ser solicitada, por escrito nos primeiros 5 (cinco) dias após publicação do anúncio, via plataforma eletrónica, indicando o(s) seu(s) representante(s) para o efeito, procedendo posteriormente a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM SA ao agendamento da visita pela mesma via.

- 5.11 No dia da visita, os representantes deverão apresentar-se munido(s) de EPI, nomeadamente equipamentos de proteção individual - botas, colete e capacete.

6. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

- 6.1 Não estão definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 7.1 O prazo de execução da empreitada é de 90 (noventa) dias..

8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 8.1 A proposta é constituída pela Declaração do Anexo I ao CCP (alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP), elaborada em conformidade com o modelo e que se reproduz no ANEXO III do presente Programa do Procedimento.
- 8.2 A proposta é constituída pelos seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência (alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP) com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
- a) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do ANEXO V deste Programa do Procedimento, cujo total deve corresponder à soma da lista de preços unitários a que se refere a alínea seguinte;
- b) Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, e respetivo mapa de quantidades de trabalho, com o ordenamento dos mapas resumo de quantidades de trabalho, em conformidade com o modelo de Lista de Preços e Quantidades de Trabalho disponibilizado pela Entidade Adjudicante, que constitui o ANEXO VI do presente Programa do Procedimento.

No caso de divergência entre a lista preenchida pelo Concorrente na plataforma eletrónica e o presente documento da proposta, prevalecerá este último.

- c) Um Plano de Trabalhos, tal como definido no artigo 361.º do CCP, incluindo:
- c1) Memória descritiva e justificativa do Plano de Trabalhos, com todos os elementos necessários para demonstrar a garantia do cumprimento dos prazos parcelares e do prazo global da empreitada, que deverá incluir:
- metodologia adotada no planeamento das atividades consideradas no Cronograma de Trabalhos;
 - identificação do número de frentes de trabalho, sua natureza e locais de execução;
 - caracterização das interdependências e encadeamentos das diferentes atividades;
 - indicação das equipas e equipamentos para as diferentes atividades;
 - demonstração dos rendimentos de mão-de-obra e equipamentos considerados para os diferentes meses e épocas do ano, face à natureza dos trabalhos em causa, bem como os que contenham a indicação das tarefas ou trabalhos que impliquem condicionamentos de trânsito ou afetação de outras infraestruturas.

c2) Cronograma de trabalhos, sobre a forma de diagrama de barras, ilustrando o desenvolvimento das atividades a partir da assinatura do contrato, com escala de tempo semanal, no qual se assinalem, entre outros, quando aplicáveis, os seguintes exemplos de acontecimentos, discriminados por cada conjunto de trabalhos afins.

- assinatura do Contrato (estimada);
- Plano de Segurança e Saúde;
- Consignação;
- levantamento topográfico e piquetagem;
- ensaios geotécnicos;
- montagem, manutenção e desmontagem de estaleiro;
- execução das vias de acesso;
- as atividades de construção civil, discriminadas, no mínimo, por Movimentos de Terras, Fundações e Estruturas, Tubagens, Serralharias / Carpintarias e Acabamentos, desdobradas por órgão e edifício, quando aplicável;
- as atividades de “procura”;
- as datas de equipamento “pronto para embarque”;
- as datas de início e de conclusão do fornecimento do “equipamento”;
- as datas de início e de conclusão da montagem do “equipamento”;
- equipamento pronto para utilização;
- arranjos exteriores e tratamento paisagístico;
- a formação e treino do pessoal de operação e manutenção;
- as datas de início e conclusão das atividades de “Comissionamento”;
- as datas de início e conclusão dos trabalhos de “inspeção e ensaios de funcionamento”;
- manual de Instruções de Funcionamento e de Manutenção;
- telas finais;
- Receção Provisória;
- Receção Definitiva.

O cronograma de trabalhos deve ser apresentado de forma legível, podendo o desenvolvimento das atividades ser apresentado em diversas folhas, mas devendo cada folha apresentar, no seu desenvolvimento horizontal, o período de execução da empreitada desde a data de assinatura do contrato até à data da Receção Provisória.

Para elaboração do Plano de Trabalhos os Concorrentes devem considerar que a consignação será efetuada no mês de julho de 2021 Esta indicação não vincula, de modo nenhum, o Dono da Obra, destinando-se apenas a conferir ao Plano de Trabalhos uma referência objetiva comum a todas as propostas, que permitirá aferir os meios oferecidos por cada concorrente e comparar o Cronograma de trabalhos com os respetivos planos referenciados nas alíneas c3) e c4).

c3) Plano de mão-de-obra, com escala de tempo semanal, indicando o desenvolvimento das atividades consideradas no Plano de Trabalhos, com os efetivos expressos em efetivos e por dia de cada categoria profissional, ao longo do prazo da execução da empreitada, repartidos pela execução da construção civil, pela montagem do equipamento, instalações elétricas e pelas atividades de comissionamento;

c4) Plano de equipamentos a afetar à empreitada, estruturado com as atividades presentes no Cronograma de Trabalhos e com escala de tempo semanal, com a distribuição da utilização dos mesmos equipamentos repartidos pela execução da construção civil e pela montagem do equipamento.

Os planos de Mão-de-Obra e de Equipamentos deverão ser estruturados de acordo com as atividades presentes no Plano de Trabalhos solicitado ao abrigo da alínea c2). Deverão apresentar escala temporal semanal, em conformidade com o Plano de trabalhos, de modo a permitir uma interpretação articulada

entre os 3 documentos, de modo a ser possível identificar, em cada semana, os trabalhos a desenvolver, bem como os meios humanos e equipamentos necessários à sua execução.

c5) Plano de Pagamentos, observando o disposto nas cláusulas do capítulo 18 do Caderno de Encargos, que contenha a previsão quantificada e escalonada no tempo do valor dos trabalhos a realizar pelo Empreiteiro, discriminado por atividade prevista no Cronograma de Trabalhos, incluindo indicação das percentagens sobre o valor global da obra, em conformidade com o Plano de Trabalhos e observando as condições de pagamento estabelecidas no capítulo 37 do Caderno de Encargos.

Neste contexto, o Plano de Pagamentos deverá ser elaborado da seguinte forma:

- considerando as atividades identificadas no Cronograma de Trabalhos e respetivos prazo de execução e duração;
- desagregando separadamente as atividades do Cronograma de Trabalhos relativas às componentes de:
 - Estaleiro e Trabalhos Gerais (ETG);
 - Equipamentos Eletromecânicos (EQ);
 - Instalações Elétricas, Instrumentação e Automação (IE);
- Considerando o faseamento dos pagamentos ao longo da execução da empreitada, conforme disposto na cláusula 37.1.4 e 37.1.5 do Caderno de Encargos, ou seja:
 - Os pagamentos das atividades das componentes de DV e CC, conforme definidas no modelo de LPU constante do ANEXO VI, devem ser faseados mensalmente em função das quantidades executadas tal como previsto no Cronograma de Trabalhos, de acordo com as cláusulas 37.1.2 e 37.1.4 do Caderno de Encargos;
 - Os pagamentos das atividades das componentes de EQ e IE, conforme definidas no modelo de LPU constante do ANEXO VI, devem ser faseados, em função dos valores parciais calculados com base nas percentagens definidas na cláusula 37.1.5 do Caderno de Encargos sobre o valor dessas atividades, nas datas consideradas no Cronograma de Trabalhos para a realização das atividades descritas na cláusula 37.1.5, ou seja, nas datas de “Pronto para Embarque”, “Pronto para Utilização”, “na situação de confirmação por parte da fiscalização, através de auto, da montagem do equipamento” e “com a receção provisória”. Os concorrentes deverão englobar nas componentes de EQ e IE as atividades do Cronograma de Trabalhos que se enquadrem na definição de “Equipamento” constante da cláusula 3.12 do Caderno de Encargos e nas rubricas da LPU definidas para essas componentes, conforme modelo do ANEXO VI do presente Programa do Procedimento.

d) Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra, incluindo:

- i. a descrição dos trabalhos e dos ensaios a realizar, abordando as soluções construtivas para a execução dos diversos trabalhos, tendo em vista a minimização do tempo de interrupção de funcionamento de infraestruturas existentes no sistema ou área em que se inserem as infraestruturas objeto da empreitada, sejam elas afetadas direta ou indiretamente causada por esta;
- ii. a descrição das soluções construtivas para a execução das obras especiais previstas no projeto ou outras que possam vir a ser identificadas pelos Concorrentes;
- iii. a descrição dos condicionalismos existentes e respetiva adaptação dos trabalhos da empreitada;

- iv. a descrição do sistema de desvios de caudal em coletores em funcionamento;
 - v. a descrição das soluções construtivas para a execução de desvios, reposição e/ou substituição de infraestruturas de serviços afetados (abastecimento de água, energia elétrica, gás, telefones, ...), bem como do tempo máximo de duração previsto para essas perturbações;
 - vi. o concorrente identificará neste documento, e de forma inequívoca, os aspetos que considera essenciais à validade da sua proposta e cuja rejeição implica a sua ineficácia.
- e) Projeto base relativo a proposta variante, contendo todos os elementos explicativos e justificativos da solução, em conformidade com o expresso no Caderno de Encargos.
- 8.3** A proposta é constituída pelos seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência (alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP) com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
- a) Folhas de Características: o Concorrente deverá apresentar o conjunto de folhas de características que considera adequado para caracterizar os equipamentos da sua proposta, preenchido de acordo com os modelos apresentados no ANEXO VII deste Programa do Procedimento. Em conjunto com as folhas de características, o Concorrente poderá apresentar todos os documentos que entender necessários à caracterização dos equipamentos (eletromecânicos, elétricos e eletrónicos) e materiais a aplicar. Todas as marcas e/ou fabricantes têm de ser explicitadas sem ambiguidades nas propostas dos Concorrentes; Certificado(s) do(s) ensaio(s) em fábrica das eletrobomba(s) propostas que determina o consumo específico de energia garantido no ponto de funcionamento nominal, em conformidade com o estabelecido no projeto;
 - b) “Plano de intervenção e desvios de caudal em coletores em funcionamento”, em conformidade com o expresso no Caderno de Encargos.
 - c) “Plano de escavações, entivações e aterros”, em conformidade com o expresso no Caderno de Encargos.
 - d) “Plano de desvio, reposição e/ou substituição de serviços afetados”, em conformidade com o expresso no Caderno de Encargos.
 - e) “Plano de observação e controlo”, em conformidade com o expresso no Caderno de Encargos.
 - f) “Plano de estaleiro”, tendo em conta o Caderno de Encargos, o projeto de execução e o faseamento construtivo proposto pelo concorrente.
 - g) No caso de o Concorrente ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração conforme modelo apresentado no ANEXO VIII deste Programa do Procedimento (Acordo – Promessa de Constituição).
 - h) Declaração de Responsabilidade Social em conformidade com o modelo do ANEXO IX deste Programa do Procedimento;
 - i) Documento descrevendo a Política de Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho (HSST) e Responsabilidade Social que propõe implementar na obra em apreço;
- 8.4** Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
- 8.5** Sob pena de exclusão, todos os documentos solicitados nos n.º 8.1 a 8.4 devem ser assinados eletronicamente, pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, mediante

a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos, nos termos do n.º 5 da citada previsão normativa.

- 8.6 De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP, quando a proposta seja apresentada por um Agrupamento Concorrente, todos os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 8.7 No caso em que a assinatura eletrónica certificada, exigida em todos os documentos da proposta, não possa relacionar diretamente o assinante com o concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, em conformidade com a previsão normativa habilitante consagrada no n.º 4 do artigo 62.º do CCP.
- 8.8 A proposta deverá ser constituída por ficheiros individuais, em correspondência com as alíneas acima, devendo o nome de cada ficheiro mencionar a alínea respetiva e um elemento identificativo do concorrente em causa. Cada documento/ficheiro deverá em caso algum exceder 50 páginas e 20MB de tamanho máximo. Caso o número de páginas seja excedido, para efeitos de avaliação das propostas, apenas serão consideradas as primeiras 50 páginas do documento.

9. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 9.1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 9.2 Os documentos referidos no n.º 8.4 que os concorrentes entendam apresentar por os considerarem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, podem ser redigidos em inglês, francês e castelhano ou outra língua, desde que, neste último caso, sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada

10. PROPOSTAS VARIANTES

- 10.1 Não é admitida a apresentação pelos Concorrentes de Propostas Variantes, nem haverá lugar a negociação.

11. ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 11.1 Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica indicada em 4.2, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, até às 23:59 do dia indicado para o efeito no anúncio da abertura de procedimento.

12. DISPONIBILIZAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 12.1 A abertura e disponibilização das propostas ocorrerá a partir das 10h do dia útil seguinte à data limite para entrega das propostas, no sítio da plataforma eletrónica.
- 12.2 No mesmo dia de abertura das propostas, o júri, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.

13. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

- 13.1** Os Concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, que se prorroga sucessivamente por períodos sucessivos de 30 dias no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.

14. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 14.1** O critério de adjudicação da empreitada é o da *proposta economicamente mais vantajosa*, na modalidade de *avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar*.
- 14.2** O critério de desempate será o do maior prazo de garantia, apresentado para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis, superior ao definido na alínea c) da cláusula 45.1 do Caderno de Encargos.

15. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES

- 15.1** O júri pode pedir aos concorrentes, via plataforma eletrónica, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 15.2** Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 15.3** O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
- 15.4** O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 15.5** Os pedidos formulados ao abrigo do n.º 15.1 e no n.º 15.3 bem como as respetivas respostas e/ou suprimentos são disponibilizados na plataforma eletrónica devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

16. RELATÓRIO PRELIMINAR

- 16.1** O Júri do Procedimento elabora um Relatório Preliminar fundamentado sobre a análise e avaliação das propostas, ordenando-as de acordo com o critério de adjudicação referido no n.º 13.1.
- 16.2** No relatório mencionado no número anterior, o Júri do Procedimento fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.
- 16.3** O Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas, disponibilizado através da plataforma

eletrónica acima indicada, é submetido a audiência prévia, a promover pelo Júri do Procedimento, enviando-o a todos os Concorrentes para que estes, no prazo de 10 (dez) dias se pronunciem, por escrito, sobre o seu teor, querendo.

17. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS

17.1 São excluídas as propostas que se enquadrem nas situações previstas nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP e cuja irregularidade subjacente não deva/possa ser corrigida nos termos do n.º 15.3.

17.2 Constituem, ainda, motivo de exclusão das propostas as seguintes situações:

- a) Quando os documentos que as constituem não se encontrem todos assinados eletronicamente, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, conforme exigido nos n.ºs 8.5 a 8.7 do presente Programa do Procedimento;
- b) Quando não seja apresentada a Declaração do Anexo I ao CCP (alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP), nos termos definidos no n.º 8.1 do presente Programa do Procedimento.

18. RELATÓRIO FINAL

18.1 Decorrido o prazo de audiência prévia, o júri do Procedimento elabora um Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas, que submete à apreciação e decisão do órgão competente da Entidade Adjudicante para contratar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão das propostas, nos termos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.

18.2 No caso previsto na parte final do número anterior, e nos demais casos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 16.3.

19. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

19.1 Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar procede à adjudicação.

20. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

20.1 A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final da Análise e Avaliação das Propostas.

20.2 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias;

20.3 Apresentar os documentos de habilitação exigidos no n.º 22.1;

20.4 Prestar caução, se aplicável, indicando expressamente o seu valor;

20.5 Confirmar no prazo para o efeito fixado, se aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;

20.6 pronunciar-se sobre a minuta de contrato;

- 20.7** Confirmar no prazo para o efeito fixado, se aplicável, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
- 20.8** Apresentar contrato de associação do agrupamento de empresas, se aplicável, em conformidade com a modalidade prevista na proposta adjudicada.
- 20.9** Os documentos de habilitação apresentados pelo Adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica.
- 20.10** No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, no prazo 5 (cinco) dias se pronunciar sobre o assunto, por escrito, nos termos do n.º 2 do referido artigo, seguindo-se depois os termos do n.º 3 do mesmo artigo, conforme for o caso.

21. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

21.1 Não há lugar a adjudicação da empreitada nas seguintes situações:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem, designadamente, a fixação de limites legais à atuação das empresas públicas ou a emissão de orientações nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ou do artigo 4.º-A, n.º 10, do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto;

22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

22.1 Sem prejuízo do disposto no n.º 23.1 do presente programa, o Adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Os previstos no n.º 1 artigo 81.º do CCP, nomeadamente:
 - i. Declaração emitida conforme modelo constante no Anexo II do CCP;
 - ii. Registo criminal do (s) titular(es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
 - iii. Registo criminal da empresa;
 - iv. Declaração da segurança social, comprovativa da situação contributiva devidamente regularizada;
 - v. Declaração das finanças, comprovativa da situação contributiva devidamente regularizada;
- b) Documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, contendo as habilitações necessárias consoante a parte que a esses trabalhos cabe na proposta:
 - i) 1ª subcategoria da 1ª categoria e da classe correspondente ao valor global da proposta.
 - ii) 4ª e 5ª subcategorias da 1ª categoria e da classe correspondente ao valor dos trabalhos

especializados que lhe respeite, consoante a parte que a estes trabalhos cabe na proposta.

- iii) 1ª e 19ª subcategorias da 4ª categoria, da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeite, consoante a parte que a esses trabalhos cabe na proposta.
- iv) 2ª subcategorias da 5ª categoria, da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeite, consoante a parte que a esses trabalhos cabe na proposta.

- c) Declaração do concorrente, quando constituído por uma única empresa, que mencione os trabalhos a efetuar em cada uma das subcategorias e o respetivo valor e, tratando-se de um agrupamento de empresas, ainda a repartição dos trabalhos a efetuar por cada empresa, e, se for o caso, declarações de compromisso subscritas pelo concorrente e por cada um dos subempreiteiros; idêntica declaração será apresentada quando se tratar de agrupamentos de empresas;
- d) Lista nominativa da equipa técnica a afetar à execução do contrato, requerida pelo caderno de Encargos, designadamente na cláusula 13. e respetivos tempos de afetação, acompanhada dos comprovativos de que os membros da Equipa Técnica apresentada pelo Adjudicatário possuem os requisitos requeridos pela lei e pelo Caderno de Encargos.
- e) Declaração do técnico do concorrente que assegurará a Gestão do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com o ANEXO XII.

22.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo Adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes.

22.3 Conjuntamente com os documentos de habilitação serão ainda solicitados ao Adjudicatário os seguintes documentos:

- a) Certidão permanente da empresa (ou código de acesso à mesma);
- b) Cópia do Cartão de Contribuinte de pessoa coletiva;
- c) Documento de identificação da pessoa que outorgará o Contrato e, sendo o caso, procuração conferindo poderes para o ato.

23. CAUÇÃO

23.1 Sem prejuízo do regime de reforço de caução, previsto no art.º353.º do CCP, para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, é exigida ao adjudicatário a prestação de caução no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da notificação da decisão de adjudicação e no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado;

23.2 Os modelos referentes à caução constam dos ANEXO XIII, ANEXO XIV e ANEXO XV deste Programa do Procedimento consoante venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos.

23.3 Será dispensada a prestação de caução ao Adjudicatário que apresente contrato de seguro adequado da execução da obra pelo preço total do respetivo Contrato, e também do respetivo projeto, se for o caso. Aplicar-se-á o mesmo regime caso exista assunção de responsabilidade solidária com o Empreiteiro adjudicatário, pelo preço total do respetivo Contrato, por entidade bancária reconhecida.

23.4 O depósito em dinheiro ou em títulos efetuar-se-á em Portugal e em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pelo Dono da Obra, devendo ser especificado o fim a que se destina.

- 23.5** Quando o depósito for efetuado em títulos, estes serão avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação será feita em 90% (noventa por cento) dessa média.

24. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

- 24.1** Simultaneamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar.
- 24.2** Aprovada a minuta do contrato a celebrar, a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A. notifica-a ao Adjudicatário.
- 24.3** A minuta do contrato a celebrar considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
- 24.4** As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 24.5** No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A. notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 24.6** Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

25. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

- 25.1** Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas no CCP e no presente programa do procedimento, bem como as que resultem de outra legislação aplicável, a adjudicação caduca se ocorrerem circunstâncias supervenientes que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.
- 25.2** Constitui ainda causa de caducidade da adjudicação a não apresentação do documento exigido na alínea 20.8 do n.º 20.2.
- 25.3** Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas nos números anteriores respeitem ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
- 25.4** O adjudicatário deve indemnizar a entidade adjudicante, nos termos gerais, pelos prejuízos que culposamente tenha causado.

26. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO

- 26.1** O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do CCP;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução;

- d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, caso aplicável.
- 26.2** A Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato, quando a assinatura for presencial.
- 26.3** No caso de assinatura por meios eletrónicos, a Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.
- 26.4** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.
- 26.5** No caso referido no número anterior, o Adjudicatário perde a caução prestada a favor da Entidade Adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente no relatório final de avaliação das propostas.
- 26.6** Se a Entidade Adjudicante não celebrar o contrato no prazo fixado, por facto que lhe seja imputável, pode o Adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução que haja sido prestada, sem prejuízo do direito a ser reembolsado de todas as despesas e demais encargos comprovadamente incorridos com a prestação da caução e com a elaboração da proposta.

27. DESPESAS

- 27.1** Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos Concorrentes ou do Adjudicatário, conforme o caso.

28. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 28.1** A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Procedimento, aplica-se o disposto no CCP republicado pelo Dec. Lei n.º111/2017, de 31 de Agosto.
- 28.2** As normas deste Programa de Procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes de anúncios com elas desconformes.

C

C

ANEXO I

DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO

**(DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DA SUBMISSÃO DO ATO DE PUBLICAÇÃO
DO ANÚNCIO)**

**ANEXO I.A – DOCUMENTO COMPROVATIVO DO ENVIO DO
ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA**

C

C

MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Designação da entidade adjudicante: AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E. M., S. A.

NIPC: 515194212

Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: Direção de Exploração

Endereço: Praça 8 de Maio

Código postal: 2380 037

Localidade: Alcanena

País: PORTUGAL

NUT III: PT16I

Distrito: Santarém

Concelho: Alcanena

Freguesia: União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira

Telefone: 249899414

Fax: 249899414

Endereço da Entidade: www.aquanena.pt

Endereço Eletrónico: geral@aquanena.pt

2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)

Descrição sucinta do objeto do contrato: Dotação das Estações de Monitorização da rede de coletores do Sistema de Alcanena com sistema de controlo de sulfuretos por adição de Cloreto Férrico

Tipo de Contrato: Empreitada de Obras Públicas

Preço base do procedimento: Sim

Valor do preço base do procedimento: 462392.55 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 45232421

3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

Referência interna: CPN04/2021

O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)? Não

Contratação por lotes: Não

O contrato é adjudicado por uma central de compras: Não

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não

É utilizado um leilão eletrónico: Não

É adotada uma fase de negociação: Não

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não

5 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

País: PORTUGAL

NUT III: PT16I

Distrito: Santarém

Concelho: Alcanena

Freguesia: União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira

6 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Prazo: Dias

90 dias

O contrato é passível de renovação? Não

7 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Habilitação para o exercício da atividade profissional

Sim

Tipo:

Alvará

Descrição:

Alvará 1ª subcategorias da 1ª categoria e da classe correspondente ao valor global da proposta; Alvarás 4ª e 5ª subcategorias da 1ª categoria e da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeite, consoante a parte que a esses trabalhos cabe na proposta; 1ª e 19ª subcategorias da 4ª categoria, da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeite, consoante a parte que a esses trabalhos cabe na proposta; 2ª subcategorias da 5ª categoria, da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeite, consoante a parte que a esses trabalhos cabe na proposta.

7.2 - Informação sobre contratos reservados

O contrato está reservado a entidades e fornecedores cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas?

Não

8 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO, PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: AQUANENA

Endereço desse serviço: Mercado Municipal de Alcanena António José Galveias, R. 25 de Abril

Código postal: 2380 092

Localidade: Alcanena

Telefone: 249899414

Fax: 249899414

Endereço Eletrónico: geral@aquanena.pt

8.2 - Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante:

ACIN -ICloud Solutions (<https://www.acingov.pt>)

9 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Até às 23 : 59 do 20 º dia a contar da data de envio do presente anúncio

10 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPETIVAS PROPOSTAS

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

11 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Melhor relação qualidade-preço: Não

Critério relativo à qualidade

Nome: Não Aplicável

Ponderação: 0 %

Critério relativo ao custo

Nome: Mais Baixo preço

Ponderação: 100 %

12 - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

Sim 5 %

13 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: Conselho de Administração da AQUANENA

Endereço: Praça 8 de Maio

Código postal: 2380 037

Localidade: Alcanena

Telefone: 249899414

Fax: 249899414

Endereço Eletrónico: geral@aquanena.pt

14 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

Preenchimento automático pela INCM aquando do pagamento.

15 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA:

Não

16 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Serão usados critérios ambientais: Não

17 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO

Nome: Fernanda Asseiceira

Cargo: Presidente do Conselho de Administração

C

C

ANEXO II

MODELO DE LISTA DE ERROS E OMISSÕES



C

C

Do presente anexo constam indicações que o concorrente deverá observar na apresentação de erros e omissões, no que se refere à espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar, nos termos do n.º 1 do artigo 61ª do CCP.

Erro

Consiste na incorreta quantificação no projeto ou no mapa de medições, de um trabalho indispensável à execução da mesma;

Os erros deverão apresentados na folha de cálculo respetiva “Erros-Propostos”, disponibilizada no ficheiro excel patenteado a concurso, com o preenchimento dos respetivos campos.

ITEM PO 10 - CC 20 - EQ 30 - I EL	Anos de Garantia	Alvarás Categoria e Subcategoria	Artigo	Designação dos Trabalhos	Quantidades	UN	Quantidades	UN	Diferença [%]	EMP XX Observações e Justificações

Omissão

Consiste num trabalho indispensável à execução da empreitada, mas que não consta do projeto ou não consta, para efeitos de remuneração do empreiteiro, do mapa de medições.

As omissões deverão apresentados na folha de cálculo respetiva “Omissões-Propostos”, disponibilizada no ficheiro excel patenteado a concurso, com o preenchimento dos respetivos campos.

ITEM PO 10 - CC 20 - EQ 30 - I EL	Anos de Garantia	Alvarás Categoria e Subcategoria	Artigo	Designação dos Trabalhos	Quantidades	UN	EMP XX Observações e Justificações

C

C

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE



C

C

- 1) [Nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [Nome da firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo ao Contrato a celebrar na sequência do Concurso Público para a Empreitada de execução "SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido Contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2) Declara também que executará o referido Contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
- [REDACTED]
 - [REDACTED]
- 3) Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido Contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4) Mais declara, sob compromisso de honra, que:
- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente.
 - b) (ESCOLHER A OPÇÃO QUE SE LHE APLICA) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente; OU Encontra-se em estado de insolvência mas abrangido por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação em vigor, o qual faz parte integrante da presente declaração;
 - c) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
 - d) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
 - f) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
 - g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, ou já decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
 - h) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
 - i) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

j) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

k) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

- 5) O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como concorrente ou como membro de agrupamento Candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6) Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o Anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
- 7) O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ...

[assinatura (18)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



C

C

ANEXO IV

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATACIÓN PÚBLICA



C

C

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
-  O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela AQUANENA, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em xxx (**COLOCAR LINK ATUALIZADO**) utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.



C

C

ANEXO V

MODELOS DAS PROPOSTAS



C

C

MODELO 1 – PROPOSTA BASE

F _____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), titular(es) do(s) alvarás (ou, se for o caso, do(s) certificado(s) de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), _____ (indicar o(s) número(s)), contendo as habilitações _____ (indicar natureza e classe), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da empreitada de execução de “ _____ ”, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de 20____, obriga(m)-se a executar os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com o Caderno de Encargos, no prazo de ____ (_____) dias, pelo preço de _____ (por extenso e por algarismos, em euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do CCP, o preço global acima indicado é composto pelos seguintes preços parciais, relativos aos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP:

Categoria	Subcategoria	Artigos do Mapa de Trabalhos	Valor (€)	Membro do Agrupamento / Subempreiteiro
		A totalidade do articulado		

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____ (Local), ____ de _____ de _____ (Data)

_____ (Assinatura)

C

C

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DAS PEÇAS DE RESERVA



C

C

A lista das peças de reserva propostas deverá ser apresentada de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Modelo de apresentação da lista de peças de reserva.

Posição da LPU	Equipamento (nome e referência da Folha de Características)	Designação da peça de reserva	Quantidade da peça	Fornecedor da peça	Código da peça do fornecedor	Preço	Prazo de entrega

OBS.: CASO A EMPRESA ASSIM O ENTENDA, PODERÁ LISTAR O CONJUNTO MÍNIMO DE PEÇAS DE RESERVA QUE PRETENDE VER FORNECIDAS, EM FUNÇÃO DA EMPREITADA A CONCURSO

Sem prejuízo das peças de reserva agora discriminadas, "Denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente", concorrente à Empreitada de "SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)" declara, sob compromisso de honra, que fornecerá todas as peças de reserva necessárias para o correto e ininterrupto funcionamento durante o período de "Inspeções e Ensaios de Funcionamento" da sua responsabilidade, da Empreitada "SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)", de acordo com as declarações dos respetivos fabricantes.

_____ (Local), ____ de _____ de _____ (Data)

_____ (Assinatura)

C

C

ANEXO VII

MODELOS DE FOLHAS DE CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO



C

C

NOTAS IMPORTANTES

1. O conteúdo do tomo das Características Técnicas do Equipamento a Fornecer e a Montar será constituído por Folhas de Características de acordo com o modelo genérico e os modelos de aplicação em Apêndice. As informações requeridas em cada uma das Folhas de Características não são limitativas, podendo ser adicionadas outras que os concorrentes julguem convenientes para uma boa apreciação técnica das propostas, em particular catálogos, gráficos e esquemas.
2. As Folhas de Características serão preenchidas em conformidade e organizadas e agrupadas pelas Posições da Lista de Preços Unitários e Quantidades a que respeitam, devendo entender-se que cada Folha de Características estará associada a uma, e uma só, dessas Posições.
3. As Folhas de Características do Equipamento de que não se disponha de modelos de aplicação em apêndice, serão elaboradas pelos concorrentes de forma a se caracterizar detalhadamente as características técnicas do mesmo.

A handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page, next to the third item of the list.A handwritten signature in black ink, located on the right side of the page, below the first signature.

ÍNDICE

Nome	Conteúdo
FC00	Modelo generico
FC01	Adaptadores de flange
FC02	Aparelhagem para Quadros Baixa Tensao - Contactores
FC03	Aparelhagem para Quadros Baixa Tensao - Interruptores
FC04	Aparelhagem para Quadros de Baixa Tensao - Disjuntores
FC05	Aparelhagem para Quadros Baixa Tensao - Reles auxiliares
FC06	Aparelhos de iluminacao
FC07	Armaduras de iluminacao fluorescente
FC09	Automatos programaveis
FC11	Bombas doseadoras de membrana
FC13	Cabos eletricos
FC23	Eletrodos de terra
FC25	Equipamento de comando - Sistema central - Computador
FC31	Equipamento de medicao de nivel
FC32	Equipamento de protecao contra sobretensoes
FC33	Ferramentas de manutencao e pecas reserva
FC41	Instrumentacao - Equipamento de detecao
FC42	Instrumentacao - Equipamento de medicao
FC43	Juntas mecanicas flexiveis
FC44	Juntas mecanicas rigidas
FC46	Medidor de caudal eletromagnetico
FC47	Medidor de nivel ultrassonico
FC48	Modem
FC49	Monorails acionamento eletrico
FC50	Motores eletricos
FC51	Painel sinoptico
FC54	Quadro Eletrico de Baixa Tensao
FC55	Quadros de Comando Local
FC61	Silos
FC68	Tubagens e acessorios
FC74	Valvulas de outros tipos

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

C

C

ANEXO VIII

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO



C

C

"Indicação das empresas signatárias e sedes" após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para a Empreitada de "SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)" e nos termos do n.º 6.1 do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em "Indicar a figura jurídica adotada"^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

As empresas associadas declaram que a "Designação da empresa" representará a associação perante a "Entidade Adjudicante" devendo toda a correspondência ser enviada para "morada, telefone e fax".

As empresas associadas assumem perante o Dono da Obra responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de empreitada caso seja este o Adjudicatário ^(b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela "Entidade Adjudicante" a qualquer alteração na composição da associação, sob pena de exclusão do Programa do Procedimento

_____ (Local), ____ de _____ de _____ (Data) _____ (Assinatura)

(a) – No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: "adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____" (em maiúsculas).

(b) – Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

C

C

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL



C

C

“Empresa Adjudicatária”, com sede na “morada”, contribuinte n.º _____, representada por “cargo e nome”, declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A. venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);
- l) Informar a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A. de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato de Empreitada;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

_____ (Local), ____ de _____ de _____ (Data)

_____ (Assinatura)

C

C

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DA POLÍTICA DE QUALIDADE, AMBIENTE, HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (HSST) E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ENTIDADE ADJUDICANTE



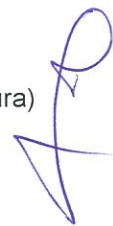
C

C

“Indicação das empresas signatárias e sedes” após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para a Empreitada “SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)” e nos termos da alínea j) do n.º 6.1 do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, subscreverem a Política de Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho (HSST) e Responsabilidade Social da Entidade Adjudicante e comprometem-se a cumpri-la integralmente.

_____ (Local), ____ de _____ de _____ (Data)

_____ (Assinatura)

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large loop and a trailing stroke.A handwritten signature in blue ink, consisting of a large loop and a trailing stroke.

C

C

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DO TÉCNICO QUE ASSEGURARÁ A GESTÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page, above the main title.A handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page, below the main title.

C

C

Nome, qualificação, possuidor do Cartão do Cidadão ou Bilhete de Identidade n.º, e com domicílio profissional em na Rua/Avenida, (código postal), declara assumir o compromisso de desempenhar com dedicação, assiduidade e proficiência todas as funções relacionadas com a gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST) e bem assim a de Responsável pela sua implementação, durante a execução da empreitada de SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL), em caso de adjudicação a (Concorrente).

Mais declara que tomou perfeito conhecimento do estabelecido no Caderno de Encargos da empreitada acima referida, e que possui a qualificação estabelecida nesse Caderno de Encargos, conforme curriculum que anexa à presente incluindo cópia dos documentos mais relevantes comprovativos dessa qualificação.

_____ (Local), ____ de _____ de _____ (Data) _____ (Assinatura) 

(Nome e assinatura do Técnico através de assinatura eletrónica qualificada do Cartão do Cidadão, nos termos do artigo 27.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho)

e também

Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 27.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho.



C

C

ANEXO XII

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO



C

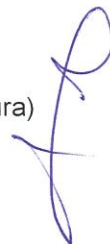
C

Euros: _____ € (_____ euros)

Vai "Nome" residente OU com escritório em "morada", depositar na designação da sede OU filial OU agência OU delegação" da "instituição" a quantia de _____ € (_____ euros) em dinheiro OU representada por _____, como caução exigida para a empreitada de....., para os efeitos do n.º 1 do artigo 88º do CCP. Este depósito fica à ordem da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

_____ (Local), ____ de _____ de _____ (Data)

_____ (Assinatura)



C

C

ANEXO XIII

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

f

✓

C

C

O Banco, com sede em, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de, presta a favor de AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de, correspondente a (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (Empresa Adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A. vai outorgar e que tem por objeto o SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL), regulado nos termos da legislação aplicável.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A. sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (Empresa Adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo da execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

_____ (Local), ____ de _____ de _____ (Data)

_____ (Assinatura)

C

C

ANEXO XIV

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO



C

C

A companhia de seguros “nome”, com sede em “morada”, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de “Localidade”, com o capital social de _____ € (_____ euros), presta a favor de AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A, e ao abrigo de Contrato de seguro-caução celebrado com “tomador do seguro”, garantia à primeira solicitação, no valor de _____ € (_____ euros), correspondente a _____ % (_____ por cento), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que “Empresa Adjudicatária” assumirá no contrato que com ela a “AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A” vai outorgar e que tem por objeto a Empreitada “SISTEMA DE CONTROLO DE SULFURETOS (ADIÇÃO DE CLORETO FÉRRICO E MEDIÇÃO DE CAUDAL)”, regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e suas posteriores alterações e republicações).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (Cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o Contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que “Empresa Adjudicatária” assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A quaisquer exceções relativas ao Contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável

_____ (Local), ____ de _____ de _____ (Data)

_____ (Assinatura)

C

C